



*Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

**DECRETO Nº 500/2025**

**DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DA NOTA RECOMENDATÓRIA CONJUNTA ATRICON-IRB-CNPTC-AUDICON Nº 01/2025 EM PROCESSOS DE ADESÃO A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a aplicação da Nota Recomendatória conjunta ATRICON-IRB-CNPTC-AUDICON nº 01/2025 em processos de adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) no âmbito do Poder Executivo do Município de Santa Leopoldina.

**Art. 2º** As adesões a Atas de Registro de Preços devem ser realizadas excepcionalmente e por intermédio de processo administrativo específico.

**Art. 3º** A possibilidade de adesão deve estar expressamente prevista no edital de licitação para o sistema de registro de preços ou na própria ata, nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação (art.82, §6º Lei nº 14.133/21);

**Art. 4º** O processo de adesão deve ser instruído com, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - instrumentos preparatórios para as contratações previstos na Lei nº 14.133/21, especialmente estudo técnico preliminar, documento de formalização da demanda e termo de referência ou projeto básico;
- II - análise qualitativa do objeto registrado, que demonstre atender, integralmente, às necessidades do município, em especial quanto às condições de execução, recebimento e pagamento e às garantias ofertadas;



*Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

III - justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

IV - demonstração, por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/21, de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados no mercado;

V - prévia consulta ao órgão ou entidade gerenciadora e ao fornecedor;

VI - ato formal de aceitação do órgão ou entidade gerenciadora, com expressa declaração de que a adesão pretendida está dentro dos limites legais (art. 86, §§ 4º, 5º e 6º);

VI - ato formal de aceitação do fornecedor, com expressa declaração de que possui condições para atender à pretendida contratação decorrente da adesão sem prejuízo dos compromissos já assumidos;

VII - comprovação da realização de pesquisa de atas de registro de preços vigentes para o objeto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e justificativa da escolha, na eventual existência de alternativas.

**Art. 5º** A pesquisa de atas no PNCP deve ser feita pela Secretaria Requisitante.

**Art. 6º** A eventual participação de particulares na identificação de ata vigente para o objeto deve ser referida no processo de adesão e não afasta o dever da Secretaria requisitante de realizar e comprovar a realização de sobredita pesquisa no PNCP e de justificar a escolha, na eventual existência de alternativas.

**Art. 7º** A adesão a ata deve ser objeto de controle prévio de legalidade por parte da Procuradoria Geral do Município (art. 53, § 4º da Lei nº 14.133/21).

**Art. 8º** A Secretaria requisitante deve certificar-se que o órgão ou entidade gerenciadora realiza o controle e o gerenciamento das atas, disponibilizando, no mínimo, as seguintes informações nos respectivos portais de transparência:

I – os quantitativos registrados, as contratações efetivadas e os saldos, por itens;

II – as solicitações de adesão aceitas e realizadas, com identificação do órgão ou entidade aderente, do objeto e de seu quantitativo.



*Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

**Art. 9º** As atividades e os procedimentos relacionados à adesão e ao gerenciamento das atas vigentes devem ser objeto de regulamentação administrativa dos órgãos e entidades da Federação.

**Art. 10.** É vedada a adesão a Ata de consórcio público que já tenha aderida a Ata de outro consórcio público.

**Art. 11.** Em respeito aos princípios da publicidade, da transparência e do acesso à informação, os resumos das adesões devem ser publicados no Portal da Transparência do Município.

**Art. 12.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 16 de abril de 2025.

**FERNANDO CASTRO ROCHA**  
Prefeito Municipal